

Meninas em luta: processos comunicativos e estéticos das performances feministas no movimento secundarista

Girls in struggle: communicative and aesthetic processes of feminist performances in the secondary movement

Niñas en lucha: procesos comunicativos y estéticos de performances feministas en el movimiento secundario

Francine Altheman^{1,a}

franaltheman@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-1768-7617>

Ângela Cristina Salgueiro Marques^{1,2,a}

angelasalgueiro@gmail.com | <http://orcid.org/0000-0002-2253-0374>

¹ Escola Superior de Publicidade e Marketing, curso de Jornalismo. São Paulo, SP, Brasil.

² Universidade Federal de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social. Belo Horizonte, MG, Brasil.

^a Doutorado em Comunicação Social pela Universidade Federal de Minas Gerais.

RESUMO

Este artigo busca refletir sobre processos de emancipação postos em marcha pelos jovens envolvidos no movimento secundarista em 2015, conferindo especial atenção às meninas protagonistas desse levante, às suas corporeidades e às dimensões estético-políticas de suas reivindicações. Evidenciamos que, durante as ocupações, questões ligadas ao feminismo tornaram-se tema de debates, aparecendo também no documentário *Lute como uma menina!* (Flávio Colombini e Beatriz Alonso, 2016), que foi produzido durante as ocupações, tecido unicamente com depoimentos das meninas que participaram do movimento. A partir de cenas e trechos dessa produção, buscamos mostrar como a agência das meninas secundaristas produzem arranjos disposicionais e subjetivações políticas e cenas de dissenso nas quais outras formas de vida e outras performatividades são possíveis.

Palavras-chave: Cenas de dissenso; Arranjos disposicionais; Secundaristas; *Performances* feministas; Emancipação.

ABSTRACT

This article seeks to reflect on the processes of emancipation set in motion by the young people involved in the secondary movement in 2015, paying special attention to the girls protagonists of this uprising, their corporealities and the aesthetic-political dimensions of their claims. We showed that, during the occupations, issues related to feminism became the subject of debates, also appearing in the documentary *Fight*

like a girl! (Flávio Colombini and Beatriz Alonso, 2016), which was produced during the occupations, woven only with testimonies from the girls who participated in the movement. From scenes and excerpts from this production, we seek to show how the agency of high school girls produces dispositional arrangements and political subjectivities and scenes of dissent in which other forms of life and other performativities are possible.

Keywords: Scenes of dissensus; Dispositional arrangements; Secondary students; Feminist performances; Emancipation.

RESUMEN

Este artículo busca reflexionar sobre los procesos de emancipación puestos en marcha por los jóvenes involucrados en el movimiento secundario en 2015, con especial atención a las niñas protagonistas de este levantamiento, sus corporealidades y las dimensiones estético-políticas de sus reivindicaciones. Demostramos que, durante las ocupaciones, temas relacionados con el feminismo se convirtieron en tema de debate, apareciendo también en el documental *Laúd como niña!* (Flávio Colombini y Beatriz Alonso, 2016), que se produjo durante las ocupaciones, tejido únicamente a partir de los testimonios de las niñas que participaron en el movimiento. Basándonos en escenas y extractos de esta producción, buscamos mostrar cómo la agencia de las niñas de secundaria produce arreglos disposicionales y subjetividades políticas y escenas de disenso en las que otras formas de vida y otras performatividades son posibles.

Palabras clave: Escenas de disenso; Arreglos de disposicionales; Estudiantes de secundaria; Actuaciones feministas; Emancipación.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO

Contribuição dos autores:

Concepção e desenho do estudo: Francine Altheman e Ângela Marques.
Aquisição, análise ou interpretação dos dados: Francine Altheman e Ângela Marques.
Redação do manuscrito: Francine Altheman e Ângela Marques.
Revisão crítica do conteúdo intelectual: Francine Altheman e Ângela Marques.

Declaração de conflito de interesses: não há.

Fontes de financiamento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Considerações éticas: não há.

Agradecimentos/Contribuições adicionais: não há.

Histórico do artigo: submetido: 3 mar. 2021 | aceito: 21 jul. 2021 | publicado: 10 nov. 2021.

Apresentação anterior: não há.

Licença CC BY-NC atribuição não comercial. Com essa licença é permitido acessar, baixar (*download*), copiar, imprimir, compartilhar, reutilizar e distribuir os artigos, desde que para uso não comercial e com a citação da fonte, conferindo os devidos créditos de autoria e menção à Reciis. Nesses casos, nenhuma permissão é necessária por parte dos autores ou dos editores.

INTRODUÇÃO

No final de 2015, estudantes do ensino médio do Estado de São Paulo iniciam um levante, ocupando mais de 200 escolas do Estado, contra o projeto de reorganização escolar proposto pelo governo para ser implementado no ano seguinte. Como consequência dessa medida, mais de 150 escolas seriam afetadas, com encerramento de turnos e ciclos.¹ A ação desses jovens traz muitas das características dos chamados movimentos insurgentes: horizontalidade, apartidarismo, inspiração no novo anarquismo, ocupação do espaço público – que se transformam em espaços de trocas, resistência e experimentações – uso criativo das redes sociais digitais, e um engajamento atrelado à subjetividade, à subjetivação política e à “transformação de si” como forma de resistência (FOUCAULT, 1994).

A partir do anúncio da reorganização escolar, acontece uma sucessão de eventos insurgentes, iniciados com o rompimento dos estudantes com a constituição de poder do governo e a auto-organização de um movimento. Estudantes foram às ruas em diversas ocasiões para protestar contra a medida do governo estadual. Essa onda de protestos teve, entre seus episódios, o fechamento de ruas em São Paulo, fomentado por *performances* criativas dos alunos, que simulavam salas de aula nas principais vias e empunhavam cartazes produzidos por eles mesmos, no calor do momento (CAMPOS *et al.*, 2016).

Esses processos estéticos e comunicativos que envolvem a resistência dos secundaristas ao longo de 2015 promoveram transformações e emancipações nos próprios sujeitos envolvidos, configurando-se como objeto de análise deste trabalho.

Nosso intuito é refletir sobre processos de emancipação postos em marcha pelos jovens envolvidos no movimento, conferindo especial atenção às meninas protagonistas desses levantes secundaristas, às suas corporeidades e às dimensões estético-políticas de suas reivindicações. Evidenciamos que, durante as ocupações, questões ligadas ao feminismo foram intensamente colocadas em discussão, chocando-se com o poder manifestado pelo discurso oficial das institucionalidades educacionais e administrativas. O movimento mostrou um protagonismo feminino, com meninas tomando a frente das lutas, das discussões e exigindo igualdade dentro das ocupações.

As questões relacionadas ao feminismo foram acionadas nas ocupações, uma vez que as garotas e seus modos de organização das rotinas no espaço das escolas eram preponderantes para que não só a insurgência tomasse forma, mas para que agenciamentos e arranjos fossem produzidos de maneira a sustentar os avanços das experimentações políticas postas em prática. A presença majoritária de jovens mulheres nas ocupações é evidenciada no documentário *Lute como uma menina!* (2016), que foi produzido durante as ocupações, tecido unicamente com depoimentos das meninas que participaram do movimento. Neste trabalho, buscamos entrelaçar, de maneira não hierárquica, as narrativas das meninas secundaristas com autoras como Judith Butler (2003, 2019), Margareth Rago (2013) e bell hooks (2018, 2019)², além de dialogarmos com conceitos como arranjos disposicionais (BRAGA, 2020) e as relações de poder (FOUCAULT, 2003).

A aproximação entre as perspectivas de José Luiz Braga (2018, 2020) e Foucault (2017, 1994, 2003) é importante para nossa reflexão, uma vez que Braga aborda os dispositivos foucaultianos para além de sua relação com o controle, evidenciando que dispositivos são, acima de tudo, arranjos elaborados com o intuito de responder a uma urgência, a uma transformação que demanda formas de articulação das forças em desalinho, conferindo alternativas de outros alinhamentos e disposições possíveis. Assim, o conceito de “arranjos disposicionais” (BRAGA, 2018, p.81), utilizado por Braga para evidenciar a dimensão de

1 É importante lembrar que o movimento dos secundaristas aconteceu em vários Estados brasileiros, especialmente entre 2015 e 2016. Mas as manifestações e ocupações paulistas foram as primeiras a acontecer neste cenário dos mais novos movimentos sociais, e desencadeou as demais ocupações pelo Brasil.

2 bell hooks é o pseudônimo de Gloria Jean Watkins, que o adotou em homenagem à sua bisavó, mulher indígena. Ele é sempre escrito em caixa baixa por uma opção da autora.

experimentação e de produção de fraturas dos dispositivos, nos auxilia a explorar a potencialidade estética dos movimentos de resistência sob sua face feminina.

Esses arranjos expõem especialmente as fissuras dos dispositivos de normalização, quando se entende que o corpo pode ser subjugado e ‘treinado’ para se adequar a um sistema que produz corpos dóceis, permitindo um controle por meio da técnica disciplinar. Segundo Foucault (2014), o dispositivo normalizador se manifesta nas escolas, na sexualidade ou ainda por meio do exército (ou da polícia) que reprime um conjunto de comportamentos considerado anormal.

Ao mesmo tempo, argumentamos que os arranjos disposicionais de insurgência podem produzir cenas de dissenso, tais como descritas por Rancière (2018). Uma cena de dissenso não é um dispositivo, mas sim o aparecer de sujeitos políticos que, por desafiar a ordem vigente, desorganizam as visibilidades e legibilidades sensíveis do mundo comum, reconfigurando as formas de dispor os corpos, seus nomes e suas funções. Como destaca Rancière (2018), a cena é uma forma de racionalidade não hierárquica que não procura explicar um fato, um acontecimento, mas sim modificar sua inteligibilidade a partir de uma interferência na articulação das redes que situam um dado acontecimento coletivamente. Assim, “a cena expõe as diferentes formas como uma mesma coisa pode ser percebida: ela é sempre para mim o momento no qual as coisas podem vacilar, ser sacudidas” (RANCIÈRE, 2018, p. 31). O que nos interessa, então, é a possível relação que as cenas possuem com os arranjos que redispõem e redesenham as redes de inteligibilidade que definem corporeidades, institucionalidades e agência feminina em experiências estéticas de resistência, construindo a partir daí uma aposta teórico-metodológica.

Destacamos que a presença das meninas secundaristas nas ocupações e nos protestos de rua nos revelam aspectos de como seus corpos são territórios em construção, atravessados por múltiplas vulnerabilidades simbólicas, de gênero e de raça, mas são também produtores de sobrevivências e resistências. Esse aparecer das meninas nas cenas insurgentes nos ajuda a refletir acerca de como dispositivos de visibilidade regulam o estatuto de seus corpos, seus modos de apreensão e legibilidade, mas também como podem ser fraturados para permitir a reinvenção das coordenadas de sua exposição e formas de vida, contrariando expectativas e promovendo dissensos.

OS ARRANJOS COMO DISPOSITIVOS COMUNICACIONAIS

Para refletir sobre as cenas de insurgência do movimento secundarista, partimos do pressuposto de que uma cena polêmica, no sentido utilizado por Rancière (2009a, 2009b, 2018), é composta por dois movimentos: uma fabulação dos atores que ‘aparecem’ e se fazem ver e ouvir; e uma montagem operada por aquele que relata as singularidades da cena, mas ao mesmo tempo conectada a vários eventos e processos mais amplos. Compreendemos que a reconstrução das cenas envolve mais do que a mera descrição do acontecimento. O processo está permeado por cenas dentro de cenas, pelas teias discursivas que vão se entrelaçando, pelas perspectivas dos documentos, produções artísticas e narrativas usados para essa fabulação e pelas narrativas dos atores principais desse movimento, os secundaristas. Ou seja, é uma rede de feixes discursivos e comunicacionais que se entrelaçam.

Para mim fundamentalmente uma cena não está jamais isolada. Um acontecimento pontual não é ainda uma cena: é meu trabalho transformar em cena este ou aquele acontecimento. A cena existe através da mise en scène discursiva e sensível que construo entre palavras de comentadores e acontecimentos sensíveis que eles se aplicam a captar. A cena não é jamais simplesmente um acontecimento empírico que eu me ponho a contar e analisar. A cada vez, há um conjunto de fios que são ligados, ressonâncias e harmônicos

que a constituem. Eu constituo a cena tendo em mente a referência possível a outras cenas. (RANCIÈRE, 2018, p. 121, tradução nossa)³

É nesse ponto do percurso epistemológico que se observa o entrelaçamento das cenas e os arranjos disposicionais, tomando a noção de dispositivo foucaultiana que não se restringe à máquina de docilização dos corpos e comportamentos. Mesmo tendo construído uma filosofia do dispositivo, Foucault não chegou a estruturar o conceito de maneira objetiva em suas obras. Por isso, muitas das definições desenvolvidas pelos seus comentadores sobre o termo acabam por restringi-lo ao dispositivo de poder ou ao dispositivo técnico, muitas vezes tratado erroneamente como sinônimo dos veículos de mídia. Ao falar sobre os dispositivos que permeiam a plebe, por exemplo, Foucault (2003) ressalta que eles também podem produzir resistências.

Há sempre, com certeza, alguma coisa no corpo social, nas classes, nos grupos, nos próprios indivíduos que escapa, de uma certa maneira, às relações de poder; alguma coisa que não é matéria primeira mais ou menos dócil ou recalcitrante, mas que é o movimento centrífugo, a energia inversa, a escapada (FOUCAULT, 2003, p. 244).

Foucault salienta a capacidade de o dispositivo permear as relações e mostra que existe um sistema de relações nos dispositivos, incluindo aquelas que escapam às relações de poder, como as linhas de fuga e suas forças imaginantes e fabuladoras. A partir da leitura da entrevista que Foucault concedeu à Revista *Ornicar* em 1977, logo depois da publicação da obra *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*, quando ele esclarece alguns pontos sobre o dispositivo, e também a partir da leitura que Deleuze (1996, 2016) e Braga (2018, 2020) fazem do dispositivo foucaultiano, foi possível apreender o conceito de forma a definir sua contribuição para a reconstrução das cenas como processos estéticos, éticos e comunicacionais.

Na entrevista supracitada, Foucault (1994) deixa claro que o dispositivo tem uma função estratégica para o enfrentamento de uma urgência. Os elementos do dispositivo são um conjunto heterogêneo de proposições (discursos, instituições, leis, decisões, enunciados etc.), tanto o que é dito quanto o que não é dito. “O dispositivo é, propriamente, o sistema de relações que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 1994, p. 299).

O que fica claro nas respostas de Foucault é que o dispositivo faz parte de elaborações e tentativas de criar arranjos que se organizam entre os sujeitos, suas experiências, situacionalidades e temporalidades e que respondem a uma urgência de forma estratégica. Para Braga (2018, 2020), o arranjo pode ser trabalhado como centro do dispositivo. Ele ressalta que essa proposta pode ser acionada para observar objetos de pesquisa que estão calcados na realidade com ênfase na dimensão comunicacional das coisas. Braga também advoga que é possível trabalhar com os conceitos de macro e microdispositivos, além dos conceitos de arranjos e dispositivos interacionais. “Há uma grande diversidade de microdispositivos que referem, em composições variadas, àqueles macroagenciamentos de ordem comunicacional” (BRAGA, 2018, p. 89).

Deleuze (1996, 2016), para quem “os dispositivos de poder seriam um componente dos agenciamentos” (1996, p. 19), traça uma perspectiva sobre a filosofia dos dispositivos de Foucault, abordando os dispositivos como multiplicidades, “nas quais operam certos processos em devir” (2016, p. 363).

3 No original : « Pour moi, fondamentalement, une scène n'est jamais isolée. Un événement ponctuel n'est pas déjà une scène : c'est mon travail de transformer en scène tel ou tel événement. Elle l'est à travers la mise en scène discursive et sensible que je constitue entre les mots des commentateurs et les événements sensibles qu'ils s'appliquent à capter. La scène n'est jamais simplement un événement empirique que je me mettrais à raconter et à analyser. À chaque fois, il y a un ensemble des fils qui sont noués, il y a des résonances et des harmoniques qui la constituent. Je constitue la scène avec en tête la référence possible à d'autres scènes ».

[O dispositivo] é uma meada, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente. [...] seguem direções, traçam processos sempre em desequilíbrio e ora se aproximam, ora se distanciam umas das outras (DELEUZE, 2016, p. 359).

Assim, vislumbramos a reconstrução das cenas também como uma possibilidade de desemaranhar as linhas que compõem os arranjos disposicionais da insurgência secundarista e que promovem essas potencialidades estéticas das performances das meninas que configuram linhas de subjetivação e emancipação. Por outro lado, os arranjos disposicionais explicitam as fraturas do dispositivo de normalização.

Sob esse aspecto, salientamos que o processo de subjetivação política, segundo Rancière (2020), não tem a ver com a produção de um sujeito ético, dotado de identidade e singularidade, mas com o registro de uma falha, um intervalo, a partir do qual duas lógicas de partilhar o comum se enfrentam (a política e a polícia) e configuram uma cena. É importante salientar que Rancière não desconsidera os dispositivos de normalização, ligados sobretudo a formas de nomeação e legibilidade vindas de olhares marcados pela patologia e pela saúde. Contudo, ele deixa claro que seu interesse está menos em evidenciar os modos de funcionamento dos dispositivos de controle, e mais em revelar como “formas de subjetivação produzem modificações efetivas em um campo de experiência, (...) possibilitando a construção de um mundo alternativo em relação àquele no qual as posições já se encontram distribuídas” (RANCIÈRE, 2020, p. 833, tradução nossa)⁴. Assim, a subjetivação ligada à elaboração da cena de dissenso não equivale ao conceito de dispositivos de normalização em Foucault:

A subjetivação (...) não é a relação soberania/assujeitamento, mas a possibilidade de reconstruir um universo vivido, de perceber, falar ou agir diferentemente das formas de experiência às quais estamos designados. Essa abordagem se distancia de Foucault e de sua concepção de normas que vem de Canguilhem e de sua ideia da criatividade da norma. A questão do sujeito, do poder e das normas nunca foi a minha (RANCIÈRE, 2020, p. 835, tradução nossa)⁵.

Ele ainda destaca que a subjetivação não se alimenta de uma oposição entre instituição e espontaneidade, entre uma solidez que aprisiona e uma liberdade explosiva. Não se trata de culpar a rigidez institucional, mas de questionar a reprodução da hierarquia dentro das instituições a partir de mudanças que possam ser feitas na “máquina explicativa” (2020, p.836) que define as vidas e conhecimentos que contam e aqueles que não são considerados.

Na cena, passar da voz à palavra é entrar no mundo da linguagem e, portanto, na política (RANCIÈRE, 2016). Essa passagem se apresenta na forma da percepção, do reconhecimento de uma existência que pode, agora, ter nome e razão: aqueles que passam a existir pela palavra, aqueles cujo murmúrio torna-se reconhecível como linguagem, como distinção de um *logos*.

A operação de subjetivação que abre intervalos e hiatos na ordem consensual, produzindo uma desidentificação: o questionamento dos nomes, caracterizações e rótulos que fecham os sujeitos em suas particularidades e não permitem a desestabilização de um vocabulário que nos encerra a todos em uma ordem desigual de aparências e produção de enunciados. “A desidentificação não é a designação de uma identidade coletiva, mas a designação de uma capacidade coletiva de construir um novo comum, uma

4 No original: « *Mon affaire n'est pas tant le sujet en général que les formes de subjectivation comme modifications effectives d'un champ d'expérience, (...) permettant la construction d'un monde alternatif par rapport à celui où les positions étaient distribuées* ».

5 No original: « *La subjectivation (...) n'est pas la relation souveraineté / assujettissement mais la possibilité de reconstruire un univers vécu, de percevoir, parler ou agir autrement que dans les formes d'expérience auxquelles on est assignés. C'est assez loin de Foucault et de sa conception des normes qui vient de Canguilhem et de son idée de la créativité de la norme. La question du sujet, du pouvoir et des normes n'a jamais été la mienne.* »

capacidade de emancipação” (RANCIÈRE, 2016, p. 120, tradução nossa)⁶. Tal capacidade emancipatória pode tanto ser tolhida pelos dispositivos de normalização quanto por uma partilha policial do sensível que determina quais corpos e quais formas de vida podem ser vistos como legítimos e quais estão fadados à invisibilidade e à violência.

Destacamos aqui que a dimensão estética e política da emancipação assume que é possível produzir “um modo de inscrição em um universo sensível no qual [...] o indivíduo possui um corpo definido por capacidades e incapacidades, e pelo pertencimento a certo universo perceptivo” (RANCIÈRE, 2009b, p. 575, tradução nossa)⁷.

A emancipação é construída, assim, como um processo estético, político e comunicacional que envolve uma ruptura com uma corporeidade que afirma a correspondência e a adequação entre “certo tipo de ocupação e certo tipo de equipamento intelectual e sensorial” (RANCIÈRE, 2009b, p. 575, tradução nossa)⁸.

A EMANCIPAÇÃO FEMINISTA NA INSURGÊNCIA

As discussões sobre o feminismo não surgem junto com o movimento secundarista, nem por causa do movimento. Elas surgem porque as estudantes e os estudantes colocam em xeque as relações de poder impostas, e nelas está presente a relação homem e mulher, que se configura como um processo foucaultiano de governamentalidade e biopoder. De acordo com Rago (2013, p. 42), por exemplo, o interesse de Foucault seria pelas possibilidades de “invenção de novos modos de existência, construídos a partir de outras relações de si para consigo e para com o outro, capazes de escapar às tecnologias do dispositivo biopolítico de controle individual e coletivo”. São as técnicas de si, ou tecnologias de autoformação que garantem o cuidado ao indivíduo e aos outros, tecendo entre eles formas de comunicação e troca recíproca de responsabilidade.

O processo de subjetivação feminina veio à tona em 2015 devido à intensa participação das meninas nas ocupações, que aproveitaram o movimento para debater o feminismo. A participação feminina colocou em destaque o machismo que ainda existe em nossa sociedade, nos espaços de poder, mesmo entre os jovens.

Butler (2003), em seu livro *Problemas de Gênero*, problematiza as várias categorias que englobam a discussão sobre gênero a partir de autores como Foucault, Simone de Beauvoir, Jacques Lacan e Freud, incluindo corpo, sexo e desejo. Ela sugere, a partir da leitura de diversos autores, que é preciso desconstruir a identidade para promover uma desconstrução política. Assim, as expressões que envolvem corpo, sexo e desejo alcançariam níveis maiores de expressão e articulação no meio social.

A autora se dedica a pensar o feminismo em muitas de suas obras e, a partir de sua leitura de Foucault, compreende que o sujeito do feminismo é constituído discursivamente dentro de um sistema político do qual quer se emancipar. A mulher, como categoria, estaria contaminada pelas estruturas de poder (BUTLER, 2003, 2019).

“O sujeito” é uma questão crucial para a política, e particularmente para a política feminista, pois os sujeitos jurídicos são invariavelmente produzidos por via de práticas de exclusão que não “aparecem”, uma vez estabelecida a estrutura jurídica da política. Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política que toma as estruturas jurídicas como seu fundamento. [...] Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”,

6 No original: « *Disidentification is not the assignment of a collective identity, but the assignment of a collective capacity to build a new common, a capacity for emancipation.* »

7 No original: « *L’émancipation n’implique pas un changement en termes de connaissance mais en termes de position des corps. Elle renvoie (...) à un mode d’inscription dans un univers sensible (...) dans lequel un individu est pourvu d’un certain corps, défini par des capacités et des incapacités et par l’appartenance à un certain univers perceptif.* »

8 No original: « *C’est la rupture d’une adéquation entre un certain type d’occupation et un certain type d’équipement intellectuel et sensoriel.* »

o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação (BUTLER, 2003, p. 19-20).

Nesse sentido, tematizar em discussões coletivas a representação da mulher na sociedade, o seu lugar de fala e seu lugar nas estruturas de poder é central para nomearmos tais estruturas e fraturá-las. Butler (2019) também utilizou conceitos de Foucault, como assujeitamento e subjetivação, para compreender o papel da mulher nas discussões de gênero, refletindo sobre o poder como forma de sustentação e regulação dos corpos. A relação de poder entre homem e mulher opera na constituição da própria materialidade do sujeito e na performatividade do gênero.

A performatividade não é, portanto, um “ato” singular, pois sempre é a reiteração de uma norma ou de um conjunto de normas, e na medida em que adquire a condição de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, reciprocamente, sua teatralidade ganha certa inevitabilidade dada a impossibilidade de divulgar de forma plena sua historicidade). Na teoria dos atos de fala, a performatividade é a prática discursiva que realiza ou produz aquilo que nomeia (BUTLER, 2019, p. 34-35).

Assim como Butler, Rago (2013) compreende que a discussão feminista está ligada às questões do corpo e da sexualidade, modos pelos quais as relações de poder buscam assujeitar a mulher. Rago aposta em um reenquadre dessa situação de opressão feminina por meio da narrativa como forma de reconhecimento. Para ela, “os feminismos abrem outras possibilidades de subjetivação e de existência para as mulheres, reconfigurando a linguagem, o discurso, e os imaginários que organizam a dominação cultural e a resistência” (RAGO, 2013, p. 31).

Há formas de emancipação que se definem pelas narrativas de si, colocando em evidência a luta contra a normatividade imposta às mulheres, criando práticas discursivas efetivamente feministas, escapando das formas contemporâneas de controle biopolítico. É a busca pela afirmação de novos modos de expressão subjetiva, política e social.

O debate sobre feminismo surge espontaneamente como arranjo disposicional e como processo de subjetivação das meninas que participaram do movimento secundarista. Para compreender como se deu esse processo de emancipação feminina, selecionamos algumas cenas e momentos presentes no documentário *Lute como uma menina* (2016) de maneira a evidenciar como essas cenas e depoimentos das secundaristas que participaram das ocupações tecem uma rede na qual noções, pensamentos, acontecimentos, textos, corpos, espaços e tempos vão sendo articulados e trabalhados, aparecendo a partir de materialidades específicas e personagens que elaboram sua emancipação e sua subjetivação. A racionalidade que estrutura o aparecer na cena de dissenso é aquela que contrapõe várias formas de aparência e manifestação.

As narrativas e imagens das meninas que participaram do movimento sugerem mudanças que podem ser feitas na ‘máquina explicativa’ que define as vidas e conhecimentos que contam e aqueles que não são considerados. O modo como elas tematizaram o feminismo nas discussões dentro das ocupações, revela “ao mesmo tempo, a realidade material de uma separação das formas da experiência e o esforço para transgredi-la, para entrar em um outro modo de tecer o comum, reconfigurando um universo sensível” (RANCIÈRE, 2020, p. 840)⁹. Além disso, observamos também os cartazes que foram colocados nas escolas, cujas inscrições estampavam o tema do feminismo para a reflexão coletiva.

9 No original: « témoignent en même temps de la réalité matérielle d’une séparation des formes d’expérience et de l’effort pour la transgresser, pour entrer dans un autre monde en reconfigurant un univers sensible. »

FEMINISMO E BIOPOTÊNCIAS

As primeiras discussões que surgiram sobre feminismo nas ocupações aconteceram no momento das divisões de tarefa. De modo geral, em praticamente todas as escolas, houve a tendência de os meninos quererem assumir os papéis considerados masculinos, como fazer a segurança e a manutenção da escola, e as meninas teriam que assumir os papéis considerados femininos, como cozinhar e limpar. No entanto, essa possibilidade foi rechaçada pelas meninas, que propuseram uma discussão mais ampla sobre o assunto¹⁰.

As divisões de tarefa foram voluntárias, e então, assim, quem levantasse a mão, ficava em tal comissão (Inaê Lima, E. E. Firmino de Proença, 2015).

Hoje a gente tem menino que faz comida, menina que fica na segurança, menino que limpa, menina que limpa, tudo dividido. Não tem essa que só menina tem que ficar na limpeza e menino na segurança. Não (Marcela de Jesus, E. E. João Kopke, 2015).

Eu lembro que, na primeira semana de ocupação, não lembro quem que levantou a mão e falou: “Vamos fazer assim, na cozinha só menina”. Ai eu: “não”. Não. Por quê? Todas as comissões aqui vão ser estipuladas por gênero. Na cozinha não vai ficar duas meninas, nem dois meninos, vai ficar uma menina e um menino. Na segurança, não vai ficar dois meninos, vai ficar um menino e uma menina. Nada vai ser mais do que nada aqui, a gente vai fazer as coisas totalmente horizontais. Tanto que lá na porta, nas regras de convivência eu coloquei: feminino é igual a masculino (Lilith Cristina, E. E. Maria José, 2015).

Na cozinha e nas regras de convivência da ocupação da E. E. Maria José havia frases que lembravam a todos a importância do feminismo (Figuras 1 e 2).

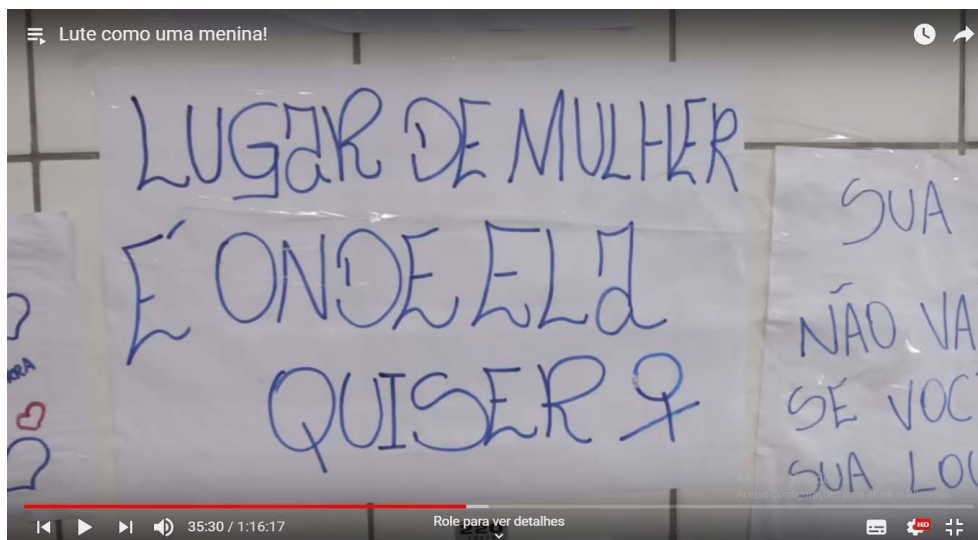


Figura 1 – Cartaz na cozinha da ocupação da Escola Estadual Maria José
Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).

¹⁰ Os trechos de depoimentos que se seguem foram todos retirados de entrevistas concedidas em 2015, durante as ocupações. Os depoimentos foram transcritos do documentário Lute como uma menina! (2016).

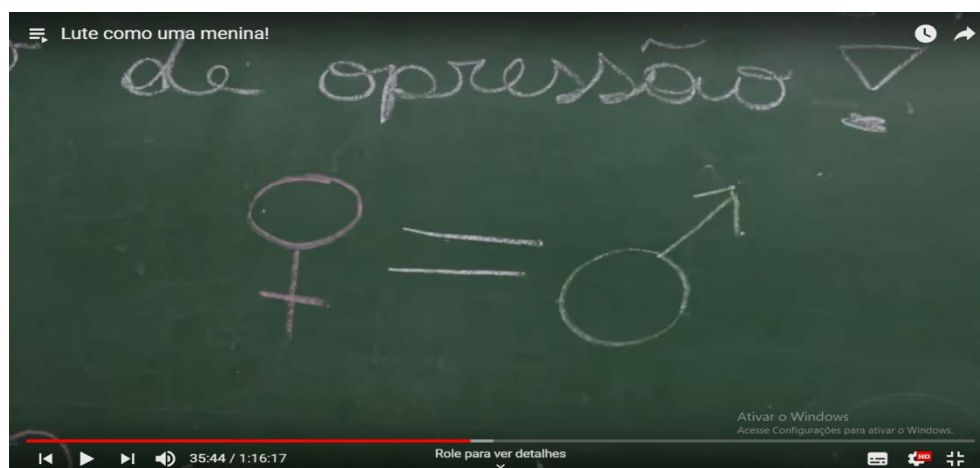


Figura 2 – Lousa com a regra básica de convivência da ocupação da Escola Estadual Maria José, citada pela estudante Lilith Cristina

Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).

As discussões sobre feminismo também ganharam destaque no cotidiano das ocupações, nas assembleias e na preocupação das garotas em envolver os meninos no debate, como propõe bell hooks (2018). “Conscientização feminista para homens é tão essencial para o movimento revolucionário quanto os grupos para mulheres” (hooks, 2018). A ideia das meninas era não excluir os meninos e, ao mesmo tempo, não as excluir também. Vejamos os depoimentos (LUTE..., 2016):

Uma vez entrou um cara aqui que ninguém conhecia e ele foi meio agressivo com algumas meninas e assediou uma delas. Ao invés de sentar e discutir isso, eles [os meninos] trancaram todas as meninas dentro de um quarto e falaram: “Não, vocês vão ficar aqui e a gente vai proteger vocês”. E todo mundo ficou: “Não, isso é muito absurdo”. A gente se sente ofendida com esse tipo de coisa e a gente tem que rebater isso. A gente não está aqui para ser protegida, a gente está aqui para enfrentar, pra bater de frente e desconstruir esse tipo de situação (Joana Noffs, E. E. Alves Cruz, 2015).

Eu tô falando, aí o cara na assembleia vem, me interrompe, porque ele acha que ele tem mais voz que eu. Eu falo: “Não, péra. Espera eu terminar de falar. Eu não te dei voz”. E essas coisas pequenas, elas fazem muita diferença. Parece que não, mas faz (Lilith Cristina, E. E. Maria José, 2015).

O machismo existe e a gente está desconstruindo isso. A gente conversa com os meninos, a gente tenta, tipo: “Olha, tá errado isso. Não é assim que funciona, vamos sentar e vamos conversar”. Porque expulsar o menino da ocupação, não é isso que a gente quer. A gente quer ensinar os meninos a como tratar as meninas. Por isso a gente deixa eles continuarem aqui. A gente só precisa desconstruir, conversar com eles, explicar como funciona, como uma mulher quer ser tratada. Como ela deve ser tratada (Marcela Reis, E. E. Godofredo Furtado, 2015).

Não punir desse jeito, mas lidar com isso, discutir, mostrar o lado da mulher para eles [meninos], mostrar como a pessoa se sentiu. Mostrar que cada agressão, que para ele foi uma coisa da boca para fora, agrediu uma pessoa (Alice Magalhães, E. E. Fernão Dias, 2015).

As questões feministas fomentadas nas ocupações são arranjos disposicionais que levam às linhas de subjetivação. As meninas se permitiram aparecer, construir suas próprias narrativas, conduzi-las,

elaborando um exercício performativo e enunciativo, reunindo seus corpos nas ocupações para uma demanda feminista. Em consonância com o que explicita Butler (2003), elas reivindicam o reconhecimento e a valorização de suas vidas, como mulheres. Apesar de vulneráveis, como minoria, elas não se apresentam como frágeis e reivindicam para si o direito de se autodefenderem.

As meninas se reconhecem em suas falas, nas narrativas de si mesmas, em um processo de transformação também pela narrativa. Ao narrarem seus sentimentos, elas experimentam a própria trajetória, dentro e fora do movimento, avaliam reflexivamente suas experiências, mostram seus desejos e se distanciam de discursos consensuais pré-moldados (RAGO, 2013; RIBEIRO, 2017, 2018).

De acordo com bell hooks (2018), a emancipação feminina acontece pela educação, a partir de debates e cenários de disseminação do pensamento feminista no meio acadêmico e fora dele. Ela advoga a favor de um amplo debate que envolva os homens para desmistificar os tabus que atravessam o movimento feminista. “Antes que as mulheres pudessem mudar o patriarcado, era necessário mudar a nós mesmas; precisávamos criar consciência” (HOOKS, 2018).

Movimentos feministas futuros precisam necessariamente pensar em educação feminista como algo importante na vida de todo mundo. Apesar dos ganhos econômicos de mulheres feministas individuais, de muitas mulheres que acumularam riqueza ou aceitaram a contribuição de homens ricos e que são nossas companheiras na luta, não criamos escolas fundamentadas em princípios feministas para meninas e meninos, para mulheres e homens. Ao falhar na criação de um movimento educacional de massa para ensinar a todo mundo sobre feminismo, permitimos que a mídia de massa patriarcal permanecesse como o principal local em que as pessoas aprendem sobre feminismo, e a maioria do que aprendem é negativa. Ensinar pensamento e teoria feminista para todo mundo significa que precisamos alcançar além da palavra acadêmica e até mesmo da palavra escrita (HOOKS, 2018).

Vejamos mais dessas experimentações nas narrativas das meninas do movimento (LUTE..., 2016).

Feminismo para mim é liberdade. Então, ser feminista é poder fazer o que você quiser do seu corpo, da sua vida, e dane-se o que os outros vão pensar. Todo mundo sofre com o machismo, todo mundo sofre com padrão estético, todo mundo sofre com repressão. Até quem reprime. O feminismo, ele luta pra você poder fazer seu próprio padrão. Você pode se depilar, você pode ter cabelo comprido, maravilhoso e sedoso, você pode ser magra, mas você também pode ter o direito de não ser nenhuma dessas coisas. Ser o extremo (Morena Hee, E. E. Alves Cruz, 2015).

Para mim, feminismo é igualdade entre os sexos, igualdade no geral, em qualquer tipo de coisa, desde o trabalho, até obrigação, obrigação doméstica. Tem gente que fala: “Ah, mas se fosse igualdade não precisaria ter machismo, nem feminismo”. Só que o feminismo já é igualdade. O pessoal acha que porque feminismo parece com feminino e machismo parece com macho, o pessoal acha que o feminismo é a mulher com mais direito que o homem, que o feminismo é o oposto do machismo, e não. O feminismo é o que intercala tudo. No feminismo as mulheres têm os mesmos direitos que os homens (Júlia Duques, E. E. Ciridião Duarte, 2015).

O machismo não afeta só as mulheres, mas também os homens em alguns casos. Quando eles têm alguma característica mais feminina. Então, o feminismo é um meio de empoderar todas essas pessoas que estão numa situação de opressão (Joana Noffs, E. E. Alves Cruz, 2015).

O feminismo, acho que está ajudando muito nessa luta, porque, querendo ou não, o feminismo empodera a gente. Ele fala: “Não, você pode. Não, você é mulher, você é forte, você é linda”. E isso ajuda

muito, porque, até pouco tempo atrás, o feminismo era uma coisa que não estava muito presente. A gente era muito reprimida pelos padrões impostos. “Ai, eu sou muito magra. Ai, eu sou muito gorda. Não posso isso, porque não tenho o cabelo liso. Ai, não posso aquilo porque me sinto feia”. E o feminismo fala: “Não, você é linda, você pode, você tem que fazer isso”. E eu acho que isso desperta uma coragem muito grande na gente e uma força (Júlia Rocha, E. E. Ciridião Buarque, 2015).

As garotas do movimento também colocaram em debate o papel da educação nas discussões sobre feminismo e sexualidade, e criticaram a escola por não fomentar mais esse tipo de discussão. Elas passaram a saber mais, ler mais, discutir mais sobre feminismo nas ocupações. A leitura, as discussões coletivas, os debates e oficinas gestados no âmbito das ocupações promoveram também várias oportunidades de aparição performativa dos corpos femininos sobre uma cena de renegociação de legibilidades, territorialidades, vulnerabilidades e afetividades, associando ética, estética e política. Corpos se arriscam a aparecer não apenas para falar e para agir, mas também para sofrer e comover, para engajar outros corpos, para negociar e questionar a injustiça e o machismo, que retiram possibilidades de sobrevivência. Nas territorialidades das redes e das ruas negociou-se um reposicionamento dos corpos, um deslocamento de avaliações muito apressadas e de julgamentos fundados em preconceitos. Questionou-se os mecanismos biopolíticos de regulação do estatuto dos corpos individuais e coletivos, o cerceando de comportamentos, modos de agência e possibilidades de ação. Buscou-se tematizar a (in)visibilidade e (i)legibilidade de mulheres e grupos vulneráveis, as assimetrias na regulação do espaço e dos modos de suas experiências e experimentações.

Tematizar o feminismo, como evidenciam os depoimentos abaixo (LUTE..., 2016), foi um forte componente de subjetivação política das meninas das ocupações, enquanto construção processual que tensiona e altera posições e legibilidades.

Na escola, até agora, eles não falaram nada sobre feminismo. Eu já estou no primeiro ano e eles deixam no vácuo (Júlia Gabriela, E. E. Fidelino Figueiredo, 2015).

Eles não discutem nem sexualidade (Júlia Cipelli, E. E. Alves Cruz, 2015).

Por causa disso cresce muito o machismo. Porque se na escola não tem aula assim, como o pessoal vai descobrir, vai mudar o pensamento? (Marcela de Jesus, E. E. João Kopke, 2015).

Na escola tem que ser debatido gênero, sim! E vai ser debatido. Se não foi debatido até agora, a partir de agora vai ser, porque a gente vai mudar isso (Marcela Reis, E. E. Godofredo Furtado, 2015).

É que, assim, a gente sempre teve aquelas aulas padrões. Português, matemática... O mais próximo que a gente chegava de uma aula diferente era sociologia, filosofia. E, aqui na ocupação, a gente conseguiu promover aulas sozinhos. Tipo, aula de teatro, aula de desconstrução de gênero, feminismo, colocar pauta sobre racismo, de assuntos que são tabus. Coisas que a gente nunca conseguiu discutir direito na escola, a gente conseguiu discutir em poucas semanas de ocupação. Foi um aprendizado muito bom, porque não é só aquele aprendizado de português e matemática, é aquele aprendizado para a vida. E eu acho que isso falta no colégio, porque são coisas que a gente encara na nossa realidade (Júlia Rocha, E. E. Ciridião Buarque, 2015).

É possível perceber, pelas narrativas das meninas do movimento secundarista, que, quando elas narram a si mesmas como feministas, em um processo de emancipação de identidades impostas e de expectativas

vindas do seu entorno, elas promovem desidentificação, pois as discussões em torno do feminismo abrem fissuras em uma ordem que parece predeterminar as existências, desestabiliza aquele lugar que parecia naturalizado, consensual, e elas tematizam como suas identidades são construídas no conflito que percorre a estrutura do patriarcado.

Minha questão não é tanto o sujeito em geral, mas as formas de subjetivação como modificações efetivas de um campo de experiência, como quando Jeanne Deroin se apresenta para votar em uma eleição legislativa à qual ela não “poderia” se apresentar. São centrais no feminismo não só a reivindicação dos direitos das mulheres, mas também a construção de um mundo alternativo com relação àquele no qual as posições já estavam previamente distribuídas (RANCIÈRE, 2020, p. 833).

As meninas se afastam do espaço que lhes foi designado pela ordem policial e tomam a palavra como arranjos disposicionais para instaurar um processo emancipatório, uma transformação, subvertendo a partilha do sensível por meio dos arranjos e das estratégias comunicativas (assembleias, debates, rodas de conversa, cartazes, atos de fala etc.). Elas se descobrem feministas em um cenário em que as transformações acontecem, produzindo uma suspensão, um rompimento, uma linha de fuga que conduz o processo de subjetivação.

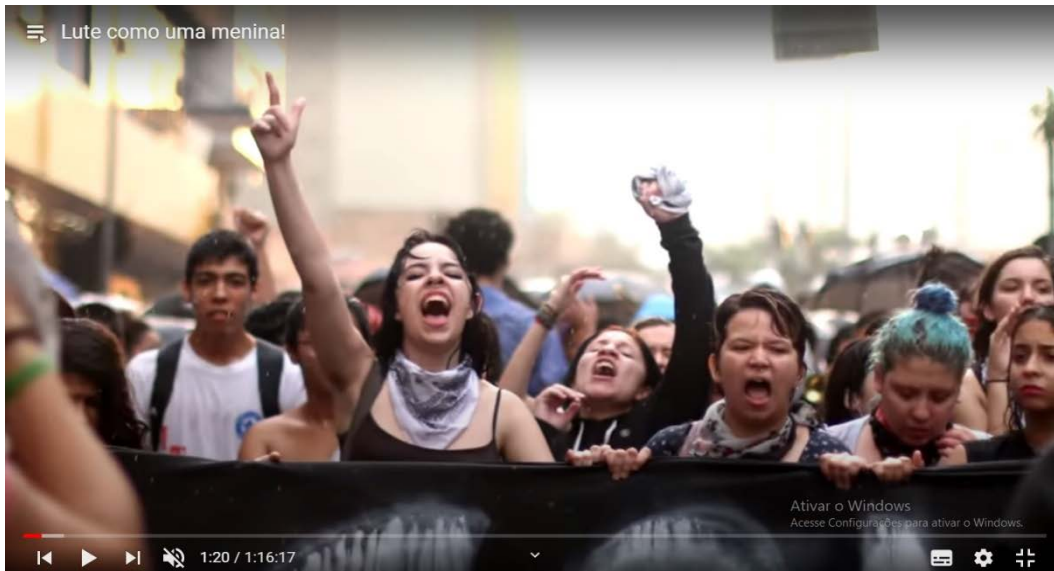


Figura 3 – Meninas na linha de frente de protesto na cidade de São Paulo
Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).



Figura 4 – Meninas em manifestação nas ruas de São Paulo
Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).

Quando a pergunta ‘o que significa pra você lutar como uma menina?’ foi feita para essas estudantes, algumas respostas, reproduzidas abaixo (LUTE..., 2016), mostram como elas narram e nomeiam uma transformação produzida e gestada a partir de seu engajamento na configuração das cenas de conflito.

O que significa pra mim “lute como uma menina”? Mudança. Que a gente está quebrando um tabu, mesmo. Que a gente está quebrando o tabu de que só os meninos são fortes (Marcela de Jesus, E. E. João Kopke, 2015).

As mulheres estão se empoderando, elas estão se colocando no lugar em que elas tinham que estar. No lugar que elas sempre tinham que ter estado (Marcela Reis, E. E. Godofredo Furtado, 2015).

Só de você ligar lá o Facebook, você já vai ver menina discutindo com policial, levantando voz, puxando cadeira, lutando mesmo, sabe? (Júlia Rocha, E. E. Ciridião Buarque, 2015).

Os homens se gabam muito por ter mais massa, mas isso é tão insignificante, porque, na real, o que a gente tem que fazer é resistir. E é o que a gente sabe fazer de melhor: resistir, porque a gente tem que resistir todo dia (Taynah Hentringer, E. E. Maria Petronila, 2015).

Então, quando você vê uma mulher batendo de frente com um policial, todo mundo fica chocado, mas, na verdade, mostra a força que a gente sempre teve e sempre reprimiu (Joana Noffs, E. E. Alves Cruz, 2015).

Não é porque eu sou menina que eu sou fraca. Eu luto como uma garota, mas isso não quer dizer que é ruim, isso quer dizer que eu luto (Júlia Cipelli, E. E. Alves Cruz, 2015).

Então, lutar como uma garota para mim, agora, é sinônimo de força (Inaê Lima, E. E. Firmino Proença, 2015).

Dois pontos podem ser ressaltados neste momento do percurso: estudantes secundaristas não são considerados como sujeitos políticos dotados de palavra e de poder decisório, mas sim corpos dóceis a serem

‘normalizados’. Por outro lado, o processo político de destituição oriundo do Estado que está implicado nessa questão da reorganização escolar condena a um aprofundamento da precariedade de jovens alunos provenientes da periferia, em sua maioria mulheres, negras ou pardas. Mbembe (2018) vai chamar de necropolítica as várias formas de destruir uma cultura, colocando um terror de morte real, como acontece com as culturas indígenas, ou de forma mais benevolente. O Estado não pretende exterminar, no sentido estrito da palavra, os estudantes de escolas públicas. Mas, no sentido biopolítico, ele os deixa ‘morrer’, em um projeto de mercantilização da educação a longo prazo. Para fazer parte de um processo biopolítico, os secundaristas devem estar ‘encaixados’ em um projeto disciplinar, que dificulta as discussões políticas e as subjetivações, para que estes continuem se encaixando no processo de normalização do dispositivo.

Ainda assim, como veremos a seguir, o aparecer de corpos femininos sobre a cena, potencializado pelo trabalho das imagens, reafirma desencaixes com relação às formas enunciativas dominantes e às representações redutoras. É um aparecer intervalar no sentido de que o corpo feminino insurgente transita entre nomes, entre outras imagens e entre outras sintaxes. Nesse trânsito, o corpo redescobre seus próprios movimentos, seus gestos singulares, suas possibilidades de coexistência, sua mobilidade única entre espaços sociais, políticos e institucionais.

CAMILLA E MARCELA: MENINAS EM LUTA

Chama a nossa atenção a história de Camilla Rodrigues, com 15 anos na época das ocupações, estudante da E. E. Fernão Dias. Camilla participava de uma manifestação na avenida Nove de Julho, região central de São Paulo, em que estudantes trancaram aquela via pública com carteiras, faixas e cartazes. Eram cerca de 250 estudantes, que tentaram negociar a permanência na via com a polícia, mas esta reagiu com violência, atirando bombas de gás lacrimogêneo e avançando contra eles com cassetetes e escudos da tropa de choque.

A estudante Camilla contou que ela foi uma das manifestantes que tentaram conversar com os policiais e explicar a importância do movimento para eles, mas, segundo ela, não houve negociação. A polícia militar exigiu que os estudantes deixassem imediatamente o local, e eles se recusaram.



Figura 5 – Camilla Rodrigues no momento em que foi presa, dentro do carro da PM

Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).

Foi no ato da Nove de Julho, que eu estava lá presente. Eles [policiais] começaram a atacar e nisso eu fui para uma via do lado. Todo mundo correndo e eu fiquei do lado da calçada, porque não estava aguentando, meu olho estava ardendo demais. Aí o William, meu amigo, chegou e falou: “vamos sair daqui, porque está vindo a próxima tropa”. Então a gente só correu, pegou a cadeira e levou para a passarela. O nosso erro foi que só tinha nós dois. Eles cercaram a gente, bateram no meu amigo William e pegaram no meu braço forte e queriam me levar para o camburão. Aí eu falei que não iria entrar no camburão e ela [policia] falou: “Você vai entrar por sua vontade ou a força”. E eu falei que não iria entrar no camburão. E acho que eles pensaram melhor, porque levar estudante no camburão ia ser uma imagem muito forte para eles. Então eu fui no banco (Camilla Rodrigues, E. E. Fernão Dias, 2015).

Mesmo enfrentando um forte dispositivo de poder, que tenta disciplinar e submeter os corpos ao controle, a regulação e à coerção, os estudantes, representados aqui pela cena dissensual de Camilla, mostraram serem capazes de promover arranjos disposicionais nas resistências, fugindo do assujeitamento proposto pelo biopoder manifestado, nesse caso, pelo estado, com sua polícia militar armada contra adolescentes.

Os arranjos se manifestam pela potência da comunicação que envolve o movimento, seja estampada no corpo da secundarista, seja em suas palavras entoadas com coragem diante dos policiais, seja na cobertura realizada pelos repórteres presentes, que serviram como uma proteção para que os estudantes não sofressem mais com a violência policial – existe uma tendência de a violência ser um pouco mais contida quando existe a presença de jornalistas – ou, ainda, nas imagens produzidas pelos próprios secundaristas com seus celulares, que gravam toda a movimentação como prova de suas ações e da ação policial. Os arranjos também aparecem nas estratégias adotadas pelos secundaristas para manter o movimento vivo, no próprio ‘trancaço’ realizado em uma das principais avenidas da cidade no jogral e na tentativa de negociar com a polícia, sempre com celulares gravando todo o processo. São articulações e invenções para usar os arranjos disposicionais para a resistência; e a cena de dissenso é um espaço propício para que esse processo aconteça.

Nesse sentido, mencionamos o caso de Marcela Reis, que tinha 16 anos em 2015 e protagonizou uma das imagens que tiveram mais visibilidade midiática durante as ocupações.



Figura 6 – Marcela Reis e a disputa com o policial pela cadeira
Fonte: frame do documentário Lute como uma menina! (2016).

Eu passei a minha vida inteira achando que os policiais respeitavam mais as mulheres, pelo menos em público. Gente..., não é assim que funciona. Eu não consigo entender. Será que a gente é o inimigo deles? Será que não é o Estado que é o inimigo deles? No dia da foto da cadeira, eu ‘tava parada, esperando os

meninos negociarem com o policial, com a cadeira na mão, duas cadeiras. O policial olhou assim, eu já ‘tava olhando pra ele, ele olhou se não tinha nenhum fotógrafo, só que os fotógrafos são muito ligeiros, né? Eu ‘tava segurando maior de boa, esperando os meninos negociarem lá... Do nada o policial vem e pega a cadeira de mim, eu puxei de volta, eu segurando uma já, ele puxando a outra, e a gente puxando, puxando, puxando... Ai meu amigo chegou pra me ajudar a puxar. Nisso chegou outra policial, que deu um soco na cara do meu amigo. Ai eu falei: “meu Deus, o que é isso? Vocês estão batendo em adolescente que está lutando pela educação?”. O policial que estava lutando comigo pela cadeira falou assim: “Cala a boca e solta essa porra”. E me deu uma bicuda com aquela bota gigante. E eu não soltei a cadeira. Não soltava, não soltava, não soltava. Ai chegaram mais dois policiais e conversaram comigo: “olha, solta a cadeira”. “Eu não vou soltar a cadeira. A cadeira é da minha escola”. “Solta a cadeira”. Ai o policial começou a se descontrolar e deu um puxão e conseguiu pegar. Ai ele fez que ia jogar e eu gritei: “Não, a cadeira é da minha escola, vai quebrar!”, e ele olhou para a minha cara e jogou a cadeira longe. Eu que estava depredando o patrimônio público? Eu? Acho que não (Marcela Reis, E. E. Godofredo Furtado, 2015).

O relato de Marcela revela que é no conflito que conseguimos perceber o funcionamento das engrenagens de dois dispositivos ou de duas ordens e formas de partilha do sensível: uma que busca a reinvenção dos quadros de sentido e a outra que reafirma o silenciamento seletivo e violento dos rostos considerados indignos de consideração. Por isso, segundo Rancière, “não vemos corpos demais a sofrerem na tela, mas vemos muitos corpos sem nome, incapazes de nos devolver o olhar que lhes dirigimos, corpos que são objeto de palavra sem terem palavra” (2012, p. 94). A insurgência dos secundaristas mostra que é possível fazer frente a esse dispositivo de opressão, uma vez que as cenas polêmicas por eles criadas misturam diferentes níveis de sentido a um sentido único e naturalizado, e essa transversalidade que desestabiliza e se instaura entre discursos é o principal trunfo do método da igualdade. Uma resistência escapa ao controle da maioria para se tornar um devir minoritário potente (DELEUZE, 2013). Os devires minoritários revelam que há também um ‘discurso do dispositivo’ (BRAGA, 2018, 2020) que se elabora pelos arranjos, pelas práticas concretas, pelas experimentações. “É essa experimentação que Foucault chama de dispositivo” (BRAGA, 2018, p. 84).

Por outro lado, são essas configurações performáticas que promovem a lógica das emoções, das reações espontâneas, ao mostrar que o corpo precisa ocupar as ruas para que a potência política do movimento surja também a partir dos dispositivos de visibilidade, que definem e impõem constrangimentos e cerceamentos aos modos como se constroem, na imagem, possibilidades de apresentação e de aparência dos indivíduos determinadas por certa partilha consensual e policial do sensível.

Para que a política emerja, o corpo precisa aparecer. Eu apareço para os outros e eles para mim, o que significa que algum espaço entre nós permite que cada um de nós apareça. [...] Isso aparece mais claramente quando pensamos em corpos que agem juntos. Nenhum corpo isolado estabelece o espaço de aparência, mas essa ação, esse exercício performativo acontece somente entre corpos, em um espaço que constitui o hiato entre meu próprio corpo e o corpo do outro. Nesse sentido, meu corpo não age sozinho quando atua politicamente. Na verdade, a ação emerge do “entre” (BUTLER, 2018, p. 92).

Dessa forma, apesar de Marcela aparecer lutando sozinha com o policial na imagem, ela não estava sozinha, como seu relato nos mostra. Reconstruindo a cena, Marcela conta sobre o amigo que a ajudou e também sobre a pessoa que fez a foto, o que lhe garantiu a segurança do registro da imagem. Esse ‘agir entre’, esse conhecimento que se produz ‘junto com’, redefine dinamicamente as vulnerabilidades de cada sujeito na cena, tornando-nos também sensíveis ao tipo de ‘figuração’ construído para Marcela a partir do olhar do fotógrafo. É possível dizer, então, que essa imagem não só revele a afirmação de um povo (sujeitos

que são e se insurgem ‘entre’), mas também sua figuração, a partir das “condições de possibilidade, para uma imagem, de preservar o outro em sua dignidade” (DIDI-HUBERMAN, 2016, p. 440).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aparecer das meninas secundaristas em 2015 expressa uma potência política para alterar as relações entre a ordem dos corpos e a ordem das palavras: é quando aqueles que foram tornados inaudíveis pela distribuição socialmente autorizada de papéis efetivamente comunicam suas demandas que a hierarquia social é alterada e novos meios de fazer, ser e dizer aparecem. As ações e depoimentos aqui analisados mostram que o tempo da emancipação não coincide com o tempo da revolução (emancipar-se é uma tarefa cotidiana, de longo prazo, que envolve o trabalho constante nos intervalos, nos devaneios e sonhos da construção de outros imaginários políticos). Por meio da discussão de temáticas feministas, as meninas secundaristas promovem várias modificações no registro do visível, acentuando uma interrupção da distribuição normal dos poderes e da palavra, das formas de simbolização das hierarquias e de seu funcionamento: “uma declaração do novo a partir do qual se abre um espaço estendido de visibilidade ao qual a política vai, por um certo tempo, se identificar” (RANCIÈRE, 2003, p. 49, tradução nossa)¹¹. A emancipação se expressa, assim, como uma alteração, uma redistribuição, uma modificação nos regimes de visibilidade e de legibilidade, oferecendo aos sujeitos um intervalo de tempo para que tomem posse de palavras, imagens e sonhos, nomeando-se e reconhecendo em si mesmos o sinal de uma inteligência que obriga os supostos donos da palavra política a lhe endereçarem escuta e consideração.

As meninas insurgentes agem, então, para retirar seus corpos de lugares assinalados, libertando-os de várias amarras que os condicionam à sua funcionalidade, e fraturando os dispositivos que tentam docilizar seus corpos e ‘normalizar’ suas condutas. Elas configuram e (re)criam uma cena polêmica sensível na qual inventam modos de ser, ver e dizer, promovendo novas subjetividades e novas formas de enunciação coletiva. Essa cena feminina de enunciação possibilita a emergência de situações de elaboração e manejo de enunciados, a instauração de performances e embates aí travados, colocando em jogo a igualdade ou a desigualdade dos parceiros de conflito enquanto seres falantes (MARQUES; PRADO, 2018).

É possível dizer que as secundaristas se fizeram ‘povo’ quando expectativas não foram atendidas, quando foi alterado o funcionamento da máquina explicativa e pôde-se, então, “dilatar os momentos em uma temporalidade não hierárquica, impregnando-os da beleza e da potência de acontecimentos sensíveis”, permitindo a coexistência de singularidades, “a partilha entre o acontecimento e o não acontecimento, entre as vidas que contam e aquelas que são desprezadas” (RANCIÈRE, 2020, p. 837, tradução nossa)¹². Elas teceram uma forma de vida comum, afirmando capacidades, modificando um campo de experiência e construindo um mundo alternativo em relação àquele no qual as posições, expectativas e temporalidades já estavam assinaladas e distribuídas.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. Interagindo com Foucault. Os arranjos disposicionais e a Comunicação. **Questões Transversais**, São Leopoldo, v. 6, n. 12, p. 81-91, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/questoes/article/view/18081>. Acesso em: 15 set. 2021.

BRAGA, José Luiz. **Uma conversa sobre dispositivos**. Belo Horizonte: PPGCOM/UFMG, 2020.

11 No original: « La révolution est ouverture : déclaration du nouveau à partir de quoi s’ouvre un espace agrandi de visibilité auquel le politique va pour un temps s’identifier. »

12 No original: « dilater les moments et les charger de toute une plénitude d’événements sensibles; comprenant le partage entre l’événement et le non-événement, entre les vies qui comptent et celles qui ne comptent pas. »

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**. São Paulo: n-1 edições; Crocodilo Edições, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CAMPOS, Antonia M.; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio M. **Escolas de luta**. Coleção Baderna. São Paulo: Veneta, 2016. (Coleção Baderna).

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles. **Desejo e prazer**: cartas de Deleuze a Foucault. Cadernos de Subjetividade, São Paulo, v. 2, n. 17, p. 15-26, 1996.

DELEUZE, Gilles. **Dois regimes de loucos**: textos e entrevistas (1975-1995). Edição preparada por David Lapoujade. São Paulo: Editora 34, 2016.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Peuples en larmes, peuples en armes**. Paris: Éditions de Minuit, 2016.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, Michel. Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista *Ornicar*. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François; LAGRANGE, Jacques. **Dits et Écrits**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994. v. 3, p. 194-228.

FOUCAULT, Michel. Les techniques de soi. In: DEFERT, Daniel; EWALD, François; LAGRANGE, Jacques. **Dits et écrits IV**: 1954-1988. Paris: Gallimard, 1994. p. 783-813.

FOUCAULT, Michel. Poderes e estratégias. In: MOTTA, Manoel Barros da (Org.). *Ditos e escritos IV: estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003. p. 241-252.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2014.

hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. *E-book*.

hooks, bell. **Olhares negros**: raça e representação. São Paulo: Elefante, 2019.

LUTE como uma menina! Direção e produção: Flávio Colombini e Beatriz Alonso. São Paulo: [s. n.], 2016. 1 vídeo (77 min). Disponível em: <https://youtu.be/8OCUMGHm2oA>. Acesso em: 31 mar. 2019.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; PRADO, Marco Aurélio Máximo. **Diálogos e Dissidências**: Michel Foucault e Jacques Rancière. Curitiba, Appris, 2018.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. São Paulo: Editora 34, 2009a.

RANCIÈRE, Jacques. La pensée des bords. Entretien avec Fabienne Brugère. **Critique**, n. 881, p. 828-840, 2020. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-critique-2020-10-page-828.htm>. Acesso em: 15 set. 2021.

RANCIÈRE, Jacques. La scène révolutionnaire et l'ouvrier émancipé (1830-1848). **Tumultes**, n.20, 2003, p.49-72.

RANCIÈRE, Jacques. **Le méthode de la scène**. Entretien avec Adnen Jdey. Paris: Lignes, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. Les territoires de la "pensée partagée": entretien a Jacques Lévy, Juliette Rennes et David Zerbib. In: RANCIÈRE, Jacques. *Et tant pis pour les gens fatiguées: entretiens*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009b. p. 572-586.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

RANCIÈRE, Jacques. **The method of equality**. interviews with Laurent Jeanpierre and Dork Zabunyan. Cambridge: Polity Press, 2016.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.